



A fame et impidemia libera nos, Domine! Crisis de Mortalidad en la Europa Medieval

A fame et impidemia libera nos, Domine! Mortality Crisis in Medieval Europe
A fame et impidemia libera nos, Domine!

Crisis de Mortalitat a l'Europa Medieval. *A fame et impidemia libera nos, Domine!*

A fame et impidemia libera nos, Domine! Crises de Mortalidade na Europa Medieval

Mário Jorge da Motta BASTOS¹

Resumen: En este artículo, proponemos historizar la intensa y, por qué no decir, sufrida incidencia de los sucesivos impactos producidos por las crisis de mortalidad en las sociedades medievales de Europa Occidental, con especial énfasis en aquellas derivadas de epidemias de peste bubónica y hambrunas, considerando particularmente el ciclo epidémico iniciado por la pandemia que, entre 1348 y 1352, afligió a tres continentes, así como su incidencia en el reino de Portugal entre los siglos XIV y XVI. Se trata de considerar sus principales vectores, evolución, motivaciones y consecuencias en el contexto de una civilización que experimentaba entonces la crisis determinante de su declive.

Abstract: In this article, we propose to historicize the intense and, why not say, suffered incidence of the successive impacts produced by the mortality crisis in medieval societies of Western Europe – with special emphasis on those arising from epidemics of bubonic plague and famines –, considering particularly the epidemic cycle initiated by the pandemic that, between 1348 and 1352, afflicted three continents, as well as its incidence in the kingdom of Portugal between the 14th and 16th centuries. We intend to consider its main vectors, evolution, motivations and consequences in the context of a civilization that was experiencing the crisis that determined its decline.

¹ *Professor Associado* do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do *Translatio Studii* e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo – Seção de Estudos do Pré-Capitalismo (NIEP-Marx-Prék). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: velhomario@gmail.com.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

Keywords: Medieval History – Middle Ages – Mortality Crisis – Plague.

Palabras-clave: Historia Medieval – Edad Media – Crisis de Mortalidad – Peste.

ENVIADO: 07.05.2020
ACEPTADO: 29.05.2020

Introdução

Mesmo o mais *blasé* dos historiadores, que se vangloriam de negar qualquer utilidade à História, deveriam reconhecer que nosso ofício envolve o insofismável cumprimento de uma “função social”. Primeiro, e de forma mais evidente, porque o condicionamento básico da produção do conhecimento histórico é a demanda por autoconhecimento que aflige a sociedade em que vive o historiador, anseio a que o profissional da História dá vazão dimensionando temporalmente a singularidade do presente em curso, decompondo-o no redemoinho do tempo. Todo historiador, por mais recluso que pretenda permanecer em seu gabinete de trabalho – ironia do destino que eu mesmo o esteja em meio à pandemia que vivemos! –, é uma caixa de ressonância das demandas e anseios que lhe são impostos pela sociedade em que se situa.

Dispor, situar no tempo, esta é a nossa “habilidade” fundamental, uma vez que ser imerso na duração é a condição exigida a todo fenômeno para que seja “dotado de História”. Assim, daqueles que exercem o nosso ofício deve se exigir, antes do mais, que estejam atentos aos influxos temporais de sua própria atividade profissional. O historiador, mesmo o das sociedades mais remotas (ou talvez esse, em especial) é, fundamentalmente, um “perspectivador” do presente, que só assume especificidade histórica e só é compreensível pela sua retroprojeção temporal. O conhecimento histórico é sempre o desvelamento de um contexto, o que só atingimos plenamente pelo contraste (com outros contextos). Toda História é sempre, ainda que quase nunca se assuma como tal, comparativa, e é realizada em benefício do presente, visando a um futuro.

No momento em que redijo este texto, nossa civilização se vê diante de um fenômeno que parecia relegado à condição de um fantasma do passado, um daqueles elementos que deveria jazer na noite dos tempos, exorcizado de uma vez por todas em face do inaudito progresso científico experimentado nas últimas décadas, ou ao menos tornado



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

mazela restrita, determinada por uma geopolítica global que impõe a amplas parcelas do globo uma projeção sistemática, renitente e sofrida do “passado” sobre o “presente”. Em pleno século XXI, sob certos aspectos e em muitas latitudes, a Idade Média é agora! De fato, em muitas regiões periféricas do mundo globalizado do século XXI, mazelas de todo tipo – fome crônica, mas também subnutrição, analfabetismo, exploração atroz, doenças de todos os tipos etc. – põem sistematicamente em xeque as posições mais otimistas que gostariam de ver relegadas ao passado de trevas as misérias cotidianas que limitavam a plenitude da existência humana. Mas o que chamamos de contemporaneidade é uma temporalidade de múltiplas dimensões, além de um quinhão de tempo atravessado por suas próprias iniquidades.

O que terá a antiga musa da “História a nos dizer” no momento crítico por que passamos? O que podemos aprender hoje com as crises de mortalidade do passado e, dialeticamente, o que a crise que vivemos pode nos ensinar sobre as crises de antanho? Sob muitos aspectos, a pandemia que agora nos acomete é manifestação específica de um antiquíssima e “periódica” consequência das relações humanas com o meio ambiente e da sua interação com agentes patogênicos de tipos diversos que o habitam.

Foram inúmeras até aqui as manifestações locais, regionais e “globais” de doenças de caráter infectocontagioso que assolaram as comunidades humanas. Algumas mantiveram, por séculos, um caráter endêmico, como a malária, que assolou regiões diversas da Europa Ocidental na Antiguidade e na Alta Idade Média, e segue fazendo-o, ainda hoje, nas regiões tropicais do globo. Outras, a partir de focos circunscritos de maior ou menor dimensão dispersos pelo planeta, transpunham, em intervalos de tempo variados, seus limites naturais e sua condição original de doença específica de grupos de animais silvestres ou domésticos, entre os quais promove epizootias frequentes, para estabelecer contato direto com populações humanas – em alguns casos sofrendo mutações – fomentando epidemias de desigual extensão, latência, taxas de mortalidade e consequências globais.

Neste artigo, propomo-nos a historicizar a intensa e, porque não dizer, sofrida incidência dos sucessivos impactos produzidos pelas crises de mortalidade nas sociedades medievais da Europa Ocidental – com especial destaque para aquelas decorrentes de epidemias de peste bubônica e de fomes –, considerando particularmente o ciclo epidêmico iniciado pela pandemia que, entre 1348 e 1352, afligiu três continentes, bem como a sua incidência no reino de Portugal entre os séculos XIV ao XVI. Trata-se de considerar seus principais vetores, evolução,



motivações e consequências no quadro de uma civilização que experimentava a crise determinante de seu ocaso.

Ainda que atualmente a peste subsista em extensos focos naturais na África e na Ásia, sobretudo na Mandchúria, Mongólia e Turquestão,² seu caráter avassalador de pandemia parece ter-se encerrado com a chamada “Peste de Hong-Kong” que, a partir de 1894, proveniente do foco chinês do Yunnan, ganhou o mundo irradiando-se deste porto por via marítimo-comercial.³ Concluía-se, assim, com a terceira (e última?) “epidemia mundial” de peste, a trajetória milenar da difusão de um flagelo ao qual já se imputaram enormes responsabilidades nas rupturas e transformações que se processaram na história das sociedades humanas. Isto, se a “peste” não estiver de volta...

I. Amplitude do termo e incidências históricas

Pestilência, pestelença, pestinência, peste. Contrariamente à precisão epidemiológica que, a partir da descoberta do bacilo pestoso por Yersin e Kitasato durante a “epidemia de Hong-Kong” em fins do século XIX, delimitou nosologicamente o termo e a doença “peste”, desde a mais remota Antiguidade a expressão revestiu-se de um caráter polissêmico, designando não só contágios de natureza vária como “distúrbios ecológicos” aos quais se associaram elevadas mortalidades. A noção aparece já entre os egípcios, no II milênio a.C., como entre os hititas, em Sumer.⁴ Na *Bíblia*, o *Antigo Testamento* está repleto de alusões à peste, dentre as quais reteremos algumas. A peste figura entre as “pragas” com que o Deus de Moisés atingiu o Egito, e foi ainda ela que dizimou os filisteus quando esses se apropriaram da Arca da Aliança.⁵

No *Novo Testamento*, destaca-se a imagem clássica do *Livro do Apocalipse de São João*,⁶ em

² ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 77. Segue ainda hoje ceifando a esmo, inclusive no Brasil, segundo VERONESI, Ricardo. *Doenças Infecciosas e Parasitárias*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985, p. 442, quando não dá origem a surtos de maior amplitude.

³ VERONESI, Ricardo. *Doenças Infecciosas e Parasitárias*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985, p. 439.

⁴ SOURNIA, Jean Charles & RUFFIE, Jacques. *As Epidemias na História do Homem*. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 74.

⁵ Segundo 1 Sam., 5, 6-12. *Bíblia Sagrada*. Tradução da Vulgata por SOARES, Matos Pe. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 782.

⁶ *Bíblia Sagrada*. Tradução da Vulgata por SOARES, Matos Pe. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 1346.

que a abertura do 4.º selo liberta o cavaleiro de nome *morte*, com o poder de matar, sobre as quatro partes da terra, à espada, à fome, com a peste e por meio das feras da terra. Ingrediente básico da mentalidade apocalíptica e milenarista, de forte apelo cristão, foi fomentado no ocidente da Alta Idade Média pela ação de Gregório Magno, “o papa da peste”, quando das epidemias que assolaram a Itália em fins do século VI.⁷

Quanto à Idade Média, a referência surge em santo Isidoro de Sevilha, nas suas *Etimologias*, como sinônimo de contágio.⁸ No latim medieval, a expressão *pestis* revestia múltiplos significados, traduzindo muitas vezes “miséria”, “destruição”, “infortúnio”. Outras vezes referia-se a moléstias que conspurcavam o corpo, aplicando-se então a doenças de natureza vária, como sífilis, tifo etc.⁹

Tendo em vista esta abordagem e seus objetivos, consideramos secundária a controvérsia que, pelo menos desde o século XIX em Portugal, afeta epidemiologistas e historiadores da doença. Referimo-nos à preocupação de discernir, dada a histórica amplitude do termo e as exigências de precisão contemporânea, as verdadeiras epidemias de peste que, ao longo dos séculos, teriam assolado as sociedades humanas. Não é tanto a presença efetiva e documentada do *Iersinia pestis* o que nos interessa, mas o destaque para a íntima convivência das sociedades medievais com cataclismas e epidemias que se traduziram, neste universo mental, como pestes, associadas ou igualadas, portanto, em seu caráter destruidor e caótico. Por sinal, o rigor nominativo contemporâneo fica, via de regra, plenamente satisfeito quando se evocam as grandes pandemias que afetaram, ao longo da história, as sociedades humanas. Vejamos.

Celebrizou-se, pelo brilho da narrativa de Tucídides, no Livro II da sua *História da Guerra do Peloponeso*,¹⁰ a peste que entre 430 e 425 a.C. grassou em Atenas. Oriunda da Etiópia, foi favorecida pela concentração de refugiados no interior da área urbana, quando do ataque ao porto do Pireu sob a liderança da coligação espartana.¹¹ Agindo

⁷ BIRABEN, Jean-Nöel & LE GOFF, Jacques. « La Peste dans le Haut Moyen Age ». *Annales E.S.C.*, Paris, 76, 1960, p. 1498.

⁸ SAN ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologias* I. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1982, p. 489.

⁹ MEIRELLES, Antonio da Cunha Vieira de. *Memorias de Epidemiologia Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866, pp. 206-207.

¹⁰ ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proneytoso contra ha Pestenença”*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 73.

¹¹ SOURNIA, Jean Charles & RUFFIE, Jacques. *As Epidemias na História do Homem*. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 78.

em fases sucessivas, a doença atingiria outras cidades gregas, provocando, afirma, a morte de um terço dos habitantes de Atenas. A despeito da profunda divergência entre os epidemiologistas quanto à precisa etiologia desta epidemia, Mário Roque considerou-a “como um conjunto de várias pestilenças, em que, de certeza, a peste bubônica e a pneumônica estiveram presentes.”¹² Depois de Tucídides, encontramos ainda descrições de pestes devidas a Posidônio, Amiano Marcelino, e sobretudo as manifestações bubônicas referenciadas, no século I d.C., por Rufus de Éfeso, inserta nas obras de Oribásio (Livro 44, cap. 17), e por Pedanius Dioscorides Anazarbeus, cirurgião e fitologista.¹³

Mas, se tais referências fornecem ainda aos epidemiologistas material, sem dúvida escasso, para amplo debate, quanto à chamada “Peste de Justiniano”, não resta muito lugar à dúvida em sua caracterização como a primeira grande pandemia europeia de peste. À semelhança de sua congênera de 1348, além da presença efetiva (e dolorosa!) do bubão, configurou-se como epidemia “mundial”, ceifando parcela das populações dos três continentes – África, Ásia e Europa – a partir do foco primitivo africano.¹⁴ Atestada em 541, grassando em Pelúsia, no delta do Nilo, também originária da Etiópia, irrompeu pelo Egito, atingindo Alexandria e o norte da África para, cruzando em várias direções o Mediterrâneo, tocar a Palestina, a Síria, Constantinopla e a Europa Ocidental.

De forma similar à do segundo grande ciclo inaugurado em meados do século XIV, a doença assolou a Alta Idade Média em vagas epidêmicas sucessivas, com surtos documentados em 541/44, 558/61, 570, 580/82, 588/91 etc. Presença nefasta em média a cada 12 anos até a última referência em 767. Considerados os limites impostos ao seu estudo pela exiguidade das referências documentais,¹⁵ a Europa parece ter sido desigualmente atingida, tanto em intensidade quanto regionalmente,¹⁶ e

¹² ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 73.

¹³ ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*, *op. cit.*, p. 74.

¹⁴ BIRABEN, Jean-Nöel & LE GOFF, Jacques. « La Peste dans le Haut Moyen Age ». *Annales E.S.C.*, Paris, 76, 1960, p. 1484.

¹⁵ No Ocidente, praticamente as únicas referências devem-se a Gregório de Tours. SAINT GRÉGOIRE. *Histoire Ecclésiastique des Francs*. Traduction nouvelle par BORDIER, Henri. 2 vols. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1859 e 1861, passim.

¹⁶ MORDECHAI, Lee; EISENBERG, Merle. “Rejecting Catastrophe: The Case of the Justinianic Plague”. *Past & Present*, 244, 1, 2019, pp. 3-50.

ferida principalmente em sua fachada mediterrânica, em especial na Itália (Ravena, Gênova, Roma, Pávia), Gália (Narbona, Marselha) e Península Ibérica. Estimada a sua parca capacidade de penetração interiorana, destaque-se, contudo, que a “peste de Cadwalader”, assinalada por Beda na Grã-Bretanha entre 664–684, deve certamente ter-se articulado aos ciclos acima referidos.¹⁷

Cessariam, misteriosamente, em 767, as referências às epidemias. Por que? Pelo progressivo desinteresse dos cronistas de época por relatar um fenômeno já quase “cotidiano”? Ou terá se encerrado, a esta altura, por razões não muito claras até hoje para os especialistas, o primeiro grande ciclo epidêmico das pestes medievais? Trégua, ao que parece, a partir da segunda metade do século VIII! Provisória, no entanto...

Subtraída da memória coletiva ocidental ao longo de seis séculos, foi como um “fato novo” que a peste irrompeu na Europa em meados do século XIV. Inaugurava-se, com a segunda pandemia histórica, a da Grande Mortandade, um novo ciclo epidêmico que só iria arrefecer a partir de fins dos quinhentos, quando sobretudo o tifo, a varíola e a sífilis passam a disputar com a peste a primazia na destruição de vidas humanas.

Desde Pollitzer e Wu Lien-Teh,¹⁸ na década de 1950, situava-se a origem da Peste Negra no extenso e primitivo foco natural da doença radicado no planalto central da Ásia, onde grassava em estado endêmico, expandindo-se daí por três vias para assumir o seu caráter de pandemia: deslocando-se para o oeste, abateu a Europa; para o sul, a Índia e, por fim, a caminho do leste, fustigou grande parte do Extremo Oriente. No entanto, estudos posteriores, levados a efeito a partir da década de 1970, estabeleceram que o foco centroasiático foi apenas coadjuvante naquela pandemia, que se teria originado na China.

Com base em cronistas e informações de natureza vária, conclui-se que o deslocamento da epidemia para Ocidente fora precedido de uma longa série de catástrofes que, desde 1333, assolou diversas regiões chinesas. Alternaram-se, num período de 15 anos, secas prolongadas, chuvas torrenciais e tremores de terra que ceifaram, por si, milhões de vidas. Em última análise, tal frequência de distúrbios

¹⁷ ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 75.

¹⁸ Segundo ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*, *op. cit.*, p. 70.



climáticos teria desalojado de seus focos naturais elevadas quantidades de roedores infestados de pugas e do bacilo pestífero, ainda hoje comuns na Mandchúria, Mongólia e Turquestão. Seriam eles que, ao se dispersarem, juntamente com as primeiras populações infectadas, ensejaram a disseminação da doença. Sua marcha para Ocidente seguiu as duas principais vias de comércio.

A primeira, terrestre, cruzava o extenso – e eivado de focos naturais da doença –, planalto centro-asiático. Quer tivesse aí se originado ou reforçado, as lápides sepulcrais de diversos centros populacionais, sobretudo na Rússia, atestam a morte por peste a partir de 1338, bem como seu curso lúgubre para oeste. Por tal via, a epidemia atingiria os movimentados portos do Mar Negro, como os de Caffa e de Constantinopla, que foram dizimadas a partir de 1346.¹⁹ A segunda via rumava da China pelo sul, cruzando a Índia, para daí, por via terrestre ou marítima – respectivamente pela Pérsia e Mesopotâmia e via Golfo Pérsico e Mar Vermelho – atingir os portos do Mediterrâneo oriental. Por qualquer das vias, a epidemia encontrava-se instalada nestes centros comerciais entre fins de 1346 e princípios de 1347, grassando já em Alexandria e no norte da África, nas ilhas gregas, em Jaffa, Caffa e Constantinopla. Não tardaria a abordar a Europa ocidental, ao que parece seguindo também duas rotas.

Partindo da Criméia, atravessou a Alemanha central, indo fustigar as cidades hanseáticas e as regiões bálticas e do Mar do Norte. Avançando pelo Mediterrâneo com assombrosa velocidade, em um trimestre (fins de 1347/48) franqueou seus principais portos, e daí o continente. De Messina, ganhou a Sicília, Túnis, Córsega, Sardenha, Baleares e os portos orientais da Península Ibérica. Enquanto Gênova constituiu-se em principal polo difusor da peste na Itália setentrional e central, Veneza, onde a doença instalou-se a despeito da precocidade das medidas preventivas, irradiou-a para a Áustria e a Hungria.

E coube a Marselha, atingida a partir de Messina, o triste lugar de destaque na difusão europeia do flagelo, que daí seguiu por três vias: para ocidente, por via marítima, contaminou a Septimânia (Narbonne, Carcassone, Toulouse etc.), atingiu a Catalunha e, por fim, seguindo o curso do Ródano, abordou o norte da França, Flandres, os Países Baixos, Bélgica e Alemanha. Na sequência, atingiu a Inglaterra, Escócia, Irlanda e regiões escandinavas, de onde rumou para oriente, adentrando a Rússia, e

¹⁹ CICCIO, Camillo Di. *Storia Della Peste da Morte Nera ad Arma Biologica*. Roma: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30* (2020/1)

War and Disease in Antiquity and the Middle Ages

Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media

Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana

Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

completando em 1352, no Mar Negro, o périplo que tivera ali, cinco anos volvidos, um dos principais centros de disseminação.²⁰

As tentativas de determinar o início e a progressão da epidemia de Peste Negra em terras portuguesas esbarram, até aqui, na escassez e no laconismo das fontes. O *Livro da Noa*, do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, um dos raros documentos coetâneos que se refere à epidemia, registra que na “Era de mil e trezentos e oytenta e seys anos [era de César, correspondendo ao ano de 1348 do calendário gregoriano] por S. Miguel de Setembro [festa em 29 deste mês] se compeçou esta pestilência. Quanto à sua duração, afirma que “esta mortaydade duraua na terra por spaço de tres meses”. Ao indicar os sintomas da doença, assegura-nos da presença da peste: “e as mays dores das doenças eram de leuacoens que tijham nas verilhas e so os bracos”,²¹ referência explícita ao bubão pestilencial.

Basicamente a partir dessas informações, a historiografia portuguesa²² conclui que o início do contágio deu-se em fins de setembro de 1348, tendo sido breve, ainda que nefasta, a sua duração em terras lusitanas. Mário da Costa Roque,²³ no entanto, criticando a referência literal e muito pouco crítica aos registros acima transcritos, põe em dúvida não só o início da epidemia por esta altura – tendo em vista a participação efetiva do país no intenso tráfego comercial mediterrânico, cujos principais portos foram contaminados ainda em fins de 1347 – bem como sua disseminação e desaparecimento em apenas três meses.

Redimensionando a extensão das informações contidas no *Livro da Noa*, considera-as restritas ao início e duração do flagelo numa “terra” específica, possivelmente Coimbra. Advoga o autor que a entrada da peste em Portugal deve ter ocorrido na primavera de 1348, estação propícia à eclosão do surto oriundo do Mediterrâneo, e que sua difusão pelo *hinterland* tenha se dado ao longo deste ano, de forma mais ou menos lenta segundo um trajeto fluvial ou terrestre.

²⁰ BYRNE, Joseph P. *Encyclopedia of the Black Death*. California: ABC-CLIO, 2012.

²¹ RAU, Virginia. *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p.129.

²² ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 124.

²³ ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*, *op. cit.*, pp. 123-136.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

II. “Efeitos” do flagelo

A volumosa bibliografia hoje existente sobre a grande epidemia de Peste Negra de 1348 indica, já pelo seu aspecto quantitativo, o reconhecimento de seu peso e influência marcantes sobre a evolução da sociedade europeia ao final da Idade Média. “Pouquíssimas vezes, no curso da História, um determinado acontecimento teve uma gama de ressonâncias maior do que a Peste Negra de 1348.”²⁴ Vários especialistas, de diversas regiões da Europa, dedicam-se, há várias décadas, a traçar o roteiro do contágio, a estabelecer os diferentes índices de mortalidade nas áreas atingidas, bem como a avaliar as transformações impostas pela “grande mortandade” em diversos níveis da sociedade cristã ocidental de 1300. Ainda em 1898, um dos primeiros estudiosos da Morte Negra rendia-se, com certa dose de exagero, a seus efeitos devastadores, requisitando-lhe ter “marcado o verdadeiro fim do período medieval e o início da nossa Idade Moderna”.²⁵

A ampla maioria dos medievalistas convergiu para a configuração do cunho de catástrofe com que a peste se abateu sobre o Ocidente, ainda que estudos mais recentes comecem a por em causa a generalização do quadro de devastação.²⁶ No entanto, desde sempre as divergências foram profundas quando se tratou de imputar ao fenômeno e seus efeitos, a primazia nas transformações socioeconômicas que se processaram na sociedade europeia ao longo dos séculos XIV e XV.

O debate aprofunda-se, sobretudo, ao tratar-se do que Ciro Flamarion Cardoso intitulou “problema histórico da depressão do final da Idade Média”.²⁷ Segundo o autor, a interpretação dominante acerca das transformações acima referidas, e particularmente no que tange ao regime senhorial então vigente, superdimensiona o poder explicativo da catástrofe demográfica, gerando “esquemas interpretativos insuficientes”, incapazes de se sustentar, por exemplo, quando aplicados comparativamente à evolução do processo na Europa Oriental.

²⁴ CALLICÓ, Jaime Sobrequés. “La Peste Negra en la Península Ibérica”. *Anuário de Estudios Medievales*, Barcelona, 7, 1970-1971, p. 67.

²⁵ Para Gasquet segundo MARQUES, A. H. de Oliveira et al. “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal”. *Bracara Augusta*, Braga, XIV-XV, 1963, p. 211.

²⁶ Veja-se, por exemplo, para a Península Ibérica, a obra de CASTÁN LANASPA, Guillermo. *La construcción de la idea de la peste negra (1348-1350) como catástrofe demográfica en la historiografía española*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2020.

²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & BRIGNOLI, Héctor Perez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 22.

Não cabe, na perspectiva deste artigo, aprofundar este amplo debate historiográfico relativo ao “papel” da Peste Negra no contexto de fins da Idade Média. Referenciá-lo pareceu-nos obrigatório, posto que na sequência, ao abordar os possíveis efeitos da grande epidemia, tocamos em considerações que sustentam determinada corrente interpretativa, em especial a que advoga a ocorrência de uma profunda crise socioeconômica no período. Pressupondo a relação entre crise e decadência, crise e doença, a grande peste e seus efeitos acabam por revestir-se de uma singularidade profunda, tornando-se o *deus ex machina* da crise geral dos séculos XIV e XV.

Armando Castro destaca, lucidamente, que a Peste Negra relaciona-se com fatores sociais, ganhando sentido profundo quando articulada às condições sociais de existência na sociedade de então. Le Roy Ladurie, por seu turno, afirma que, paralelamente à punção demográfica produzida pela epidemia, o soerguimento da manutenção do capital agrícola favoreceu a expansão dos cultivos ainda em meados da centúria seguinte.

Esta superabundância do capital terra permitiu que o nível de vida aumentasse substancialmente na segunda metade do século XV, bem como a diversificação da economia urbana, marítima, etc., crescendo as necessidades materiais desde Portugal até à Alemanha.²⁸

Enfim, foi a peste fator do “outono da Idade Média ou (da) primavera dos novos tempos?”²⁹

A primeira questão suscitada pela grande epidemia de Peste Negra, responsável, sem dúvida, pelo cunho de catástrofe que assume já para seus contemporâneos, é o da altíssima taxa de mortalidade atingida pela doença, promovendo uma profunda punção demográfica no continente europeu. Os cronistas contemporâneos, aterrados ante a destruição causada pelo flagelo, tendem a exagerar os números, atualmente criticados pela demografia histórica.

Contudo, convém lembrar que em regiões onde a documentação, principalmente as listas de obituários preservadas durante a epidemia, permite o cômputo em bases minimamente seguras, vê-se “com surpresa que aquelas notícias estão muito próximas

²⁸ CASTRO, Armando. *História Económica de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Caminho, 1980, p. 223.

²⁹ WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988.

da realidade, que os cronistas se limitaram, no máximo, a arredondar os números”.³⁰ A proporção dos óbitos devidos à peste parece ter oscilado entre 2/3 a 1/8 em relação ao conjunto da população europeia, consideradas as variações regionais.³¹

Com efeito, tende-se a considerar que as cidades, dada a concentração populacional e as precárias condições de higiene, bem como as associações comunitárias, pagaram maior tributo à epidemia. Segundo um documento da antiga colegiada de São Pedro de Coimbra morreram, na Igreja da Almidinha, “o Priol e o chantre e todos os Raçoeyros [...] huus de pos outros todos em huu mes”.³² Em Lisboa, “a peste matou todos os oficiais do mosteiro de S. Vicente de Fora, na sacristia, hospital, vestiaria, enfermaria e correaria”.³³ O arcebispo de Braga comunicou ao papa Clemente VI, em fins de 1348, que

...devido à mortandade imensa e horrível que naquelas partes durou, como ainda dura, a vossa igreja bracarense está privada da consolação dos seus ministros, de tal modo que dificilmente se podem efetuar os ofícios divinos por sacerdotes locais.³⁴

No entanto, a tendência de creditar a estes centros uma maior propensão ao choque da epidemia pode dever-se à abundância relativa de informações, sem que daí se possa deduzir que as zonas rurais tenham sido menos fustigadas. Segundo dados provenientes da aldeia de Givry, na Borgonha,³⁵ registraram-se 39 óbitos em 1345, 25 em 1346, 42 em 1347, e 649 de princípios de janeiro a meados de novembro de 1348, período em que foi atingida pela epidemia.

Em estudo relativo a Navarra, as condições naturais desta região montanhosa – elevada altitude, relevo acidentado, divisão e compartimentação em vales – bem como as baixas densidades humanas levaram seu autor a supor que a mesma teria sido moderadamente atingida pelo flagelo. “E contudo, a disseminação foi geral. As aldeias

³⁰ De acordo com Doren, segundo MARQUES, A. H. de Oliveira et al. “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal”. *Bracara Augusta*, Braga, XIV-XV, 1963, p. 212.

³¹ De acordo com Renouard, segundo WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988, p. 31.

³² MEIRELLES, Antonio da Cunha Vieira de. *Memorias de Epidemiologia Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866, p. 8.

³³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Aspectos da Vida Quotidiana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 20.

³⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*, *op. cit.*, p. 21.

³⁵ WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988, p. 31.

isoladas foram todas infestadas”.³⁶ Conclui-se, portanto, que a devastação foi marcada por uma profunda variação, tanto em relação às cidades como também ao campo.³⁷

A ausência de fontes diretas, relativas a aldeias e cidades, impede o conhecimento, em bases seguras, das baixas provocadas pela epidemia em solo português. As informações colhidas em cronistas contemporâneos são, ao extremo, genéricas, inclusive em dados relativos especificamente a Portugal. Assim, o já citado *Livro da Noa* afirma que “morrerom (pelo mundo) as duas partes das gentes”.³⁸ Parece-nos possível conceber que o cronista do mosteiro, tomando seu “microcosmo pelo mundo”, refira-se aí ao índice de mortalidade inferido dentro dos muros da abadia, índice, sem dúvida elevado, o que faz supor a manifestação pneumônica da doença.

No entanto, pautando-se pelas inúmeras referências relativas ao despovoamento do reino, afirmam os historiadores que todo Portugal foi assolado pelo flagelo. De um extremo ao outro do reino, e por anos a fio, abundam as queixas e representações em Cortes contra a deficiência de braços para o amanhã da terra e a consequente ruína da agricultura. Em 1358, um documento relativo a Santar afirmava que durante a “pestelença morreram muytos homes antigos que a verdade sabem e ora som maaos de achar homes antigos que se acordem do tempo delRey dom Donys e delRey dom Afonso seu padre delRey dom Denys”.³⁹

Seria este um indicativo, sem dúvida exagerado (69 anos separam a Peste Negra do início do governo de D. Dinis, e o documento faz ainda menção ao tempo de seu pai!), de que a epidemia ceifou sobretudo os mais velhos? Ponte de Lima queixava-se, em 1372, de que “nom era povorada como cumpria”,⁴⁰ enquanto Coimbra, em 1373, ressentia-se de estar “muy despovorada e falecida de companhia”.⁴¹

O rol dos besteiros do conto também denuncia uma acentuada queda de seus contingentes, assinalada a partir de fins do século XIV e por quase todo o século XV.

³⁶ BERTHE, Maurice. *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Âge*, vol. I. Paris: S.F.I.E.D, 1984, p. 57.

³⁷ BERTHE, Maurice. *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Âge*, *op. cit.*, p. 58.

³⁸ RAU, Virginia. *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 129.

³⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira et al. “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal”. *Bracara Augusta*, Braga, XIV-XV, 1963, p. 215.

⁴⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira et al. “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal”, *op. cit.*, p. 216.

⁴¹ MARQUES, A. H. de Oliveira et al. “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal”, *op. cit.*, p. 217.

A. H. de Oliveira Marques, depois de arrolar os variados testemunhos relativos ao despovoamento do reino, conclui que “todo [ele] traduzia o mesmo fenómeno e exprimia idêntico queixume, em cartas régias, em artigos de corte, em contratos de compra e venda, em testamentos, enfim”.⁴²

Poder-se-iam multiplicar, na sequência, as referências que parecem apontar para uma íntima articulação entre a eclosão da Peste Negra e a de uma “crise” demográfica em Portugal ocorrida em fins da Idade Média. No entanto, a tendência de queda populacional que marcou o período manifestou-se, em diversas regiões europeias, desde os primeiros anos do século XIV, ou mesmo a partir de finais do século XIII, ainda que o período mais crítico situe-se cerca dos 20 anos consecutivos à Grande Peste. Essa, ao se abater sobre um meio já deficiente, exerceria uma influência determinante.

Em relação a Portugal, aguarda-se a elaboração de estudos regionais que venham a lançar alguma luz sobre a questão, permitindo englobá-lo ou excluí-lo do quadro mais comum ao Ocidente. Um dos raros existentes, uma tese dedicada à região do vale do rio Mondego, indica ser datável de 1340, ou mesmo antes, a tendência gradual de diminuição, “quer no número de arrotéias quer no de transações de bens imobiliários, a par de uma intensificação nos queixumes de penúria e dos tempos difíceis que se iam atravessando”.⁴³

Tenha ou não se debatido a agricultura portuguesa em meio a um quadro crítico anterior a 1348, a sangria demográfica provocada pelo flagelo iria acirrar as contradições e conflitos de classe entre empregadores e assoldados. D. Afonso IV deliberou, por lei de 1349,⁴⁴ no intuito de pôr cobro à suposta motivação da crise – a carência de mão-de-obra. No preâmbulo do diploma régio, indica as motivações de sua determinação: afirma ter sido a “postenença” responsável pela falta de mão-de-obra, não só em função das mortes, mas ainda pelo fato de que muitos antigos “jornaleiros” (trabalhadores rurais pagos por jornada de trabalho), em função das heranças recebidas, negavam-se a trabalhar em terras alheias.

⁴² MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Aspectos da Vida Quotidiana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 28.

⁴³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Aspectos da Vida Quotidiana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 20.

⁴⁴ “*Ley per que (...) manda que os homes busem dos mesteres de que busaram ante da postenença E aquelles que morarom por soldada que os costringam que morem com anos*”, apud CAETANO, Marcelo. *A Administração Municipal de Lisboa durante a Primeira Dinastia*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981, p. 83.



Outros, ainda, exigiriam pelo trabalho quantias abusivas, acarretando a diminuição da renda dos proprietários, que deixaram de arar seus campos e apascentar seus rebanhos, promovendo “grandes dâpnos nos pães E nas outras cousas E fruytos da terra”.

Parece-nos oportuno ressaltar, em relação a esta lei, bem como às suas congêneres europeias,⁴⁵ a intenção das elites dirigentes de preservar seus interesses em face do aumento do poder de barganha e pressão auferido pelos trabalhadores rurais, que terão sido os primeiros – e talvez os únicos, como parece de praxe – a arcar com os custos elevados da crise.

Outra questão suscitada pela Peste Negra diz respeito à concentração de propriedades, fenômeno característico da súbita elevação da mortalidade produzida pela epidemia. Embora tal acúmulo não tenha se limitado aos membros das classes privilegiadas, foi sem dúvida a Igreja uma das instituições mais beneficiadas pelos legados testamentários (não era a peste castigo de Deus, e o legado meio de alcançar sua graça?), fato superdimensionado pela nobreza laica contrária à concentração de patrimônios por parte, principalmente, das ordens religiosas.

O conflito estabeleceu-se entre a Igreja e o Poder Régio (querela antiga, exacerbada em função da conjuntura!), particularmente em relação à competência para a abertura e disposição dos testamentos. D. Afonso IV, por meio da já referida lei de 1349, firmou a posição real, proibindo a apresentação dos testamentos aos vigários e ordenando sua provisão pelos juizes régios das localidades. Temendo o descumprimento da disposição, reafirma seu poder e decisão sobre as municipalidades, instituindo os “juizes de fora parte”, nomeados e investidos pela autoridade régia, mas com salários custeados pelos concelhos.

Talvez fosse possível observar ainda alguns reflexos, porventura longínquos, produzidos pela Grande Peste e seus efeitos sobre as transformações que se processaram na sociedade portuguesa ao final da Idade Média. O incremento da pastorícia, principalmente na região alentejana e nos arredores de algumas cidades, parece guardar relação com o escasseamento da mão-de-obra. Oliveira Marques destaca o crescimento das cidades do sul, fenômeno provavelmente acelerado a partir da segunda metade do século XIV, “consequência possível das migrações posteriores

⁴⁵ SILVA, Victor Deodato da. *A legislação econômica e social consecutiva à Peste Negra de 1348 e sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média*. São Paulo: Revista de História, 1976, p. 81.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

à Peste Negra”.⁴⁶

Movimento sensível em diversas outras regiões europeias e apontado, via de regra, como importante fator da crise do setor agrário, seu processo é, ao menos teoricamente, conhecido. A epidemia promoveu pesadas baixas nos centros urbanos. Este súbito decréscimo do contingente de trabalhadores gerou uma elevação dos salários artesanais, e com ela a fuga maciça da mão-de-obra para as cidades, onde lhe pagavam melhor.

Contudo, os efeitos da Peste Negra no complexo contexto que caracterizou o final do medievo português dependem ainda da atenção dos historiadores, permanecendo quase intocado o campo de uma história social da doença na Idade Média portuguesa.⁴⁷

III. Uma nova onda de contágios

Não há que se duvidar do caráter catastrófico atingido pela peste no “terrível século XIV”! No entanto, destacando uma de suas “faces” tantas vezes eclipsada pelo prestígio da pandemia, a Peste Negra inaugurou no Ocidente um novo ciclo da doença, assemelhando-se à “Peste de Justiniano” em seu caráter fundador. Agindo em vagas epidêmicas frequentes até fins do século XVI, a partir de quando se atenuou o seu papel de principal destruidor demográfico, seguiu o flagelo ceifando vidas em grande intensidade regional, atingindo por vezes índices mais elevados do que os inferidos na Grande Epidemia. Tais surtos configuravam, via de regra, *as crises de mortalidade*,⁴⁸ elemento central, estrutural, definidor do “regime demográfico de tipo antigo”.

Ainda que sua “excelência destruidora” legitime a abordagem isolada dos diversos surtos epidêmicos, a efetiva compreensão de suas reincidências e efeitos devastadores

⁴⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Aspectos da Vida Quotidiana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 187.

⁴⁷ Graças a uma entrevista realizada por Sónia Bombico e recentemente divulgada no sítio eletrônico da CIDEHUS *Ciência*, intitulada [A Peste Negra no Portugal Medieval: A História e a Ciência entre o Passado e o Presente](#), somos informados de que o entrevistado, André Silva, desenvolve atualmente na Universidade do Porto uma tese de doutorado sobre os impactos da Peste Negra em Portugal, que consistirá no primeiro estudo de fôlego sobre o tema naquela região.

⁴⁸ MARCÍLIO, Maria L. (ed.). *População e Sociedade: evolução das sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 77.



demanda o seu enquadramento no modelo demográfico acima referido, ganhando o fenômeno pleno significado pela sua articulação com as condições materiais do período.

O desenvolvimento, relativamente recente, da demografia histórica permitiu a formulação de uma das mais importantes teorias sobre o comportamento demográfico das populações de Antigo Regime, dando origem ao conceito (ou ao modelo) de “demografia de tipo antigo, aplicável às (e característico das) populações anteriores à transição demográfica contemporânea. Tendo em vista o caráter essencialmente quantitativo das análises demográficas, aliado a uma perspectiva diacrônica, os historiadores demógrafos buscam discernir a vigência temporal de regimes demográficos, globalmente caracterizados em função das tendências marcantes e duradouras do comportamento das principais variáveis que os compõem. Destaque-se que o modelo proposto abrange, a despeito da referência ao Antigo Regime, um período mais vasto, grosso modo situado entre a segunda metade do século XIV e fins do século XVIII.⁴⁹

Considerado o pressuposto inicial, caracteriza o regime demográfico antigo a recorrência periódica de crises de mortalidade que solapavam, total ou parcialmente, o capital humano auferido nos períodos de crescimento natural das populações. Tais crises configuram-se como estruturais não só em função de seus determinantes profundos, como de sua ascendência sobre o comportamento das demais variáveis demográficas.

Todos os países europeus da era moderna estiveram, em maior ou menor grau, sujeitos a periódicos anos de crise, basicamente traduzidos, num contexto de elevada mortalidade “normal”, por um brusco e violento acréscimo dos óbitos, imposto por causas de tipo endógeno ou exógeno, não necessariamente intrínsecas à população atingida. Ainda que pontualmente marcassem sua presença, as crises repercutiram de forma variada segundo períodos e lugares, de acordo com o complexo conjunto de elementos que as originava. Assim, o crescimento populacional atingido em termos globais no século XVI parece articular-se a uma menor ocorrência e/ou virulência das crises. O oposto, no tocante a ambas as variáveis, caracterizou a centúria seguinte, até que o espaçamento e a paulatina supressão daquelas viesse instituir, com a grande mutação de fins do Oitocentos, o regime demográfico contemporâneo.

⁴⁹ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 16.

No que diz respeito à natureza das crises demográficas e aos seus fatores essenciais determinantes, Dupâquier⁵⁰ propõe uma tipologia que as caracteriza como: 1. crise de subsistência, dada a falta e/ou carestia de alimentos básicos em determinada região, sem implicar necessariamente um aumento significativo do número de óbitos; 2. crise de mortalidade “pura”, traduzida por um aumento simples dos índices de mortalidade, devido em geral à deflagração de um surto epidêmico e; 3. crise de tipo misto, aquela em que um surto infectocontagioso se abate sobre uma conjuntura marcada por sucessivos anos de quebra da produção agrícola, ou de escassez crônica de alimentos, determinando a elevação brusca dos óbitos.

Claro está resultarem desta última as efetivas crises demográficas, dada sua profunda incidência sobre os índices de mortalidade, de concepções e casamentos, e ainda sobre a sensibilidade coletiva. Da conjugação da crise de subsistência com a epidêmica (no período ao qual se circunscreve esta análise, sobretudo a peste, a despeito da ocorrência de febres tifóides e paratifóides) atingia-se, via de regra, a decuplicação da taxa média de óbitos. Um movimento de força igual, porém inversa, incidia sobre os matrimônios, com uma queda imediata acentuada nas concepções, definindo-se teoricamente a recuperação populacional como um processo de médio prazo.

Da compreensão da complexidade que caracteriza a articulação dos fatores acima aduzidos, e as crises demográficas do passado, vislumbra-se de forma mais nítida e equilibrada, não só o poder desestruturador com que a doença afligia a sociedade, como as razões de sua contumácia e da demarcação de um palco predileto à encenação do seu espetáculo de horrores.

Consideremos, em primeiro lugar, da longa lista de calamidades, as fomes e penúrias, distinguidas pela incidência da morte.⁵¹ Ainda que, via de regra, desencadeadas pela interferência de fatores climáticos adversos (chuvas excessivas, secas prolongadas etc.), mais ou menos controláveis em função do grau de desenvolvimento das forças produtivas, articulam-se e são também determinadas pelos níveis de produtividade, circulação, consumo e estoque de alimentos.

A despeito do avanço tecnológico e do aumento da produtividade dos campos, esteio para o arranque da sociedade ocidental europeia entre os séculos XI e XIII, a

⁵⁰ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII, op. cit.*, p. 21.

⁵¹ WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988, p. 15.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

precariedade subsistente das forças produtivas, aliada ao profundo abismo social que separava os setores privilegiados do campesinato, produzia, quando rompido o frágil equilíbrio da produção, fomes terríveis das quais ouvem-se ecos mesmo no período acima referido. Maurice Berthe, em estudo relativo à região da Navarra,⁵² considera que as variações climáticas ali verificadas no século XIV não podem ser caracterizadas como anormais. Segundo Brooks,⁵³ o século XIII padeceu maior número de calamidades naturais do que quaisquer dos seguintes. Portanto, mais do que os próprios acidentes climáticos, anormal é a amplitude das catástrofes, frequentes, por eles desencadeadas a partir de meados do século XIV.

Antes que um “determinismo climatológico” (frio e umidade maiores?), foram os problemas crônicos da agricultura medieval, agudizados pela crescente pressão demográfica e senhorial, os fatores fundamentais do desequilíbrio manifesto pela economia dos campos no alvorecer da Baixa Idade Média. Lembremos que a fome endêmica que caracterizou o período articulou-se ao aumento das exações sobre o campesinato, pela exacerbação da exploração senhorial, sobrecarregada com os crescentes impostos instituídos pelos estados nacionais em gestação. E, por fim, onde o pobre morria de fome, o rico tinha sempre com o que se saciar.

Quanto às epidemias, alguns demógrafos, como Massimo Livi-Bacci,⁵⁴ consideram que a evolução de certas doenças infectocontagiosas, como a peste, é “autônoma”, alheia a qualquer relação com o nível ou a pauta de nutrição das populações. Contudo, a frequência e a recorrência das epidemias mantêm íntima relação com as condições materiais do período (sem desconsiderar seus quadros nosológicos específicos), seja no tocante à elevada concentração populacional, sobretudo nos meios urbanos, aliada às precárias condições de higiene, seja em função dos limites do conhecimento médico disponível, entre outras.

A título de ilustração, considere-se que a presença endêmica da malária no Ocidente da Alta Idade Média⁵⁵ esteve ligada à existência de grandes áreas pantanosas, campo propício à ação do anófele. Se de fato sua incidência reduziu-se no século XII, credite-se-lhe, como fator de extrema importância, a redução daquelas áreas durante o processo de conquista agrária. Existem, ainda hoje, como destacado anteriormente,

⁵² WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?*, *op. cit.*, p. 16.

⁵³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, p. 39.

⁵⁴ ROTBERG, Robert I. et al. *El hambre en la historia*. Madrid: Siglo XXI, 1990, pp. 103-109.

⁵⁵ ROMANO, R & TENENTI, A. *Los Fundamentos del Mundo Moderno*. México: Siglo XXI, 1977, p. 4.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

grandes focos naturais de peste em diversas regiões do globo, mas raríssimas epidemias: evoluiu-se, desde fins da Idade Média, no controle eficaz de sua disseminação.

Várias das “pestes” que grassaram no período foram, afirmam os especialistas, epidemias de tifo exantemático, ligadas ao acirramento e profusão de confrontos militares. No que tange à “seletividade natural” da peste, ainda que longe de ser comprovada, é hoje quase lugar comum a aceitação da teoria da morte diferencial,⁵⁶ circunscrita não apenas ao nível individual, mas até ao “geopolítico”. Deflagrado um surto epidêmico, as possibilidades de escapar-lhe e/ou resistir-lhe são maiores entre as classes abastadas. Todo quadro infeccioso tende a se agravar e a produzir sequelas mais profundas em organismos mal ou subnutridos, fato gritante ainda em nossas sociedades contemporâneas, em especial as subdesenvolvidas.

A relação postulada entre os dois flagelos acima caracterizados, bem como suas elevadas frequências ao longo dos dois séculos aos quais nos referimos, não se traduz apenas numa lógica mecanicista que pressuponha a obrigatória sequência ou a ocorrência simultânea dos eventos, a despeito de que, diversas vezes, se tenha verificado tal simbiose. Ruggiero Romano destaca que

...uma epidemia não é apenas precedida, como também acompanhada e seguida por uma carestia, pela evidente razão de que, tendo os camponeses refugiado-se na cidade, faltam nos campos os braços necessários para os trabalhos da colheita seguinte.⁵⁷

A Peste Negra foi imediatamente seguida de uma carestia de grãos, posto que a profunda punção demográfica produzida se fez sentir, mais do que na diminuição do número de bocas a alimentar, na redução dos braços para o trabalho da terra.

Mas para além desta relação imediata há que se considerar ainda as carências estruturais discerníveis (até onde nos é possível avaliar) na cultura alimentar medieval, tiranizada pela hegemonia do pão. Amplamente assente nos cereais, acompanhados de carnes e vinhos (obviamente variando a quantidade e a qualidade de acordo com a bolsa do comensal), resultava num regime alimentar mal equilibrado, pobre em produtos frescos, e sobretudo carente em vitaminas A, C e D.

⁵⁶ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 31.

⁵⁷ ROMANO, R & TENENTI, A. *Los Fundamentos del Mundo Moderno*. México: Siglo XXI, 1977, p. 7.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*

War and Disease in Antiquity and the Middle Ages

Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media

Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana

Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

Daí decorriam as comuns doenças de olhos, escorbuto, organismos débeis ante os ataques das infecções.⁵⁸

Nos frequentes períodos de escassez - nos campos como nas cidades – recorria-se desesperadamente, segundo relatam as fontes, a alternativas alimentares diversas (literalmente, com o que matar a fome!). Via de regra eram ainda mais pobres em calorias e vitaminas, quando não francamente impróprias ao consumo humano: cevada, na melhor das hipóteses, mais comumente bolotas, cascas de árvores, raízes várias, vísceras, tripas e até carne putrefata de animais, o que por si já frequentemente favorecia os surtos de tifo ou disenteria, quando não preparavam o terreno para a ceifa da peste.

Portanto, da cíclica conjugação de fomes e epidemias resultaram as principais crises de mortalidade do passado. As fontes de época dizem respeito sobretudo às cidades. E os campos? Georges Duby⁵⁹ os crê menos fustigados, posto que os camponeses encontravam o necessário para não morrerem à míngua. Pierre Chaunu⁶⁰ assevera que não se morre de fome em regiões litorâneas e em áreas arborizadas, haja vista as possibilidades de recurso à pesca, à caça e à coleta de alimentos silvestres. A perspectiva de ambos os autores parece incidir, ainda que não direta e explicitamente sobre o que os especialistas qualificam como comportamento demográfico diferenciado da urbe em relação ao meio rural, tanto em “condições normais” quanto diante das crises de mortalidade.

Na primeira situação, as taxas de natalidade e mortalidade apresentam-se mais elevadas nos meios urbanos, e a elas se articulam compensações de tipo diverso, em especial o intenso movimento migratório oriundo do meio rural. Em se tratando dos fenômenos de mortalidade catastrófica, as crises tendem a se apresentar menos intensas e duradouras, e mais esporádicas no atingir e afetar os campos.

De fato, as cidades e vilas constituíram-se em espaço por excelência da efetiva consumação das crises demográficas, indicam-nos os frios cálculos dos especialistas. Mas esta morte estatística, asséptica, se inscrita no âmbito das mentalidades, revelam-nos a trágica percepção do fenômeno e suas marcas profundas cunhadas, ao longo do

⁵⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 7.

⁵⁹ DUBY, Georges. *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, vol. II. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 115.

⁶⁰ CHAUNU, Pierre. *Démographie historique et système de civilisation*. Rome: EFR, 1974, p. 128.



período, nas sensibilidades coletivas.

IV. As cidades também são espaços fúnebres

O multifacetado espaço urbano surge-nos, sobretudo, caracterizado (em especial o dos grandes centros) pela riqueza, pela pujança do tráfego humano, da produção e circulação de ideias e mercadorias, espaço aberto por excelência, centros de atração. Mas caracteriza-se também (o quadro não nos deve parecer muito estranho!) por uma espécie de contraface, marcada pela errância e concentração de mendigos e vagabundos, feitos párias e lançados à marginalidade, de subempregados, “ganha-dinheiros”, pobres esfomeados e subnutridos, apinhados nos bairros populares, nas vielas sujas e tortuosas; locais da precariedade da vida, “onde se nasce e morre muito depressa”.⁶¹

Com efeito, as cidades reuniam condições propícias à deflagração frequente de crises diversas. Um habitat concentrado, submetido a precárias condições de higiene, dependente do abastecimento externo, próximo e/ou longínquo, de alimentos básicos (fatores de uma mortalidade já destacadamente elevada em condições normais), fazia da população urbana alvo predileto dos repetidos contágios vários. Para Oliveira Marques, “o conceito de crise de subsistências, de fome, como nos surge nos séculos XIV, XV e XVI, só em relação à urbe adquire um significado pleno.”⁶² Quanto à peste, se não deixou de assolar mesmo as pequenas aldeias isoladas, tal se deu em geral pela disseminação, via rotas comerciais, de epidemias “originadas” em centros urbanos.

Biraben destaca seu caráter sazonal e desigual:

Se seguirmos a peste numa cidade desta época [...] verificaremos que ela fazia, com intervalos de oito, dez, quinze anos, violentas investidas que atingiam a cidade inteira, eliminando até 20, 30 ou mesmo 40% da população. Aparte estes paroxismos persistia em estado endêmico, errando caprichosamente de rua para rua ou de quarteirão para quarteirão, sazonalmente, durante um, dois e até cinco ou seis anos de seguida, e depois extinguiu-se por alguns anos. Reaparecia então sob esta forma “atenuada” que precedia

⁶¹ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 37.

⁶² MARQUES, A. H. de Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, p. 151.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

frequentemente a forma “explosiva” antes de voltar a seguir-se-lhe.⁶³

Atendo-me a Portugal, Lisboa parece ter sido, além de centro mais atingido pelas crises de mortalidade, a principal via de importação de contágios. Capital do reino e, logo, do império, pode ser considerada a única grande cidade portuguesa digna do adjetivo, à escala europeia, no alvorecer da Idade Moderna. Principal porto do trato marítimo, centro político, cultural, econômico, mas também difusor de epidemias: “algumas das maiores mortalidades gerais entraram envoltas em mercadorias pelo [seu] porto, daí se espalhando por todo o País”.⁶⁴

Do velho burgo medieval – conquistado aos mouros em 1147, e que segundo Damião de Góis restringia-se a uma colina que se derramava sobre o Tejo – Lisboa impôs-se, desde o século XIV, como elo mais importante da inserção do reino no comércio internacional. Ligada ao Oriente pela Rota do Cabo e em seguida ao Império Sul-Atlântico, responsável em 1526 por cerca de 35% do total das receitas estatais, suas múltiplas atividades e fontes de riqueza explicam o seu “rápido e desmesurado crescimento em relação ao País”.⁶⁵

No último quartel da centúria de Quinhentos, Lisboa concentrava cerca de 1/10 da população total do reino, 120 mil indivíduos apinhados sobretudo nas freguesias do centro urbano – núcleo nevrálgico do acréscimo populacional – a despeito da progressiva ocupação das freguesias extramuros. Resultava daí o elevado número de habitantes por núcleo familiar, média de sete, com extremos inferiores e superiores registrados, respectivamente, em quatro e nove. Segundo Gaspar Barreiros, na Lisboa de princípios do século XV, “difficultosamente se acharam casas em que nam pousem muitos moradores”,⁶⁶ habitações essas que, no denso e estreito arruamento dos bairros populares mais antigos, tendiam a ser muito baixas e pequenas.

O abastecimento dos centros urbanos foi um dos grandes problemas formulados à Europa Medieval, ainda que o retorno à tradicional simbiose campo/cidade, arrefecida durante a Alta Idade Média, tenha sido elemento fundamental à expansão

⁶³ WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988, p. 27.

⁶⁴ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII.* Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 29.

⁶⁵ MARQUES, A. H. De Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa.* Aspectos da Vida Quotidiana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 195.

⁶⁶ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII, op. cit.,* p. 50.



da sociedade ocidental europeia a partir do século XI. Esta íntima associação, favorecendo o surto urbano e a penetração do comércio no mundo rural, facultava à cidade retirar de seu termo boa parte de sua subsistência. No entanto, o vertiginoso crescimento de muitos centros onerou este sempre vulnerável equilíbrio, exigindo o recurso a fontes abastecedoras diversas.

A concentração populacional impôs, desta forma, a par do incremento do comércio internacional de cereais – figurando a garantia do abastecimento como preocupação básica das autoridades urbanas – a constituição de verdadeiros celeiros produtores e exportadores do frumento. Estes estavam situados em zonas de solos férteis e propícios à cultura cerealífera, com destaque para as regiões do Báltico, da Polônia, da Alemanha Oriental, norte da França, parte do Magreb, entre outras.

Neste amplo mercado, Portugal colocou-se, desde cedo, na “fila dos compradores”. A primeira referência à importação de cereais para o reino data do século XIII, tornando-se a partir daí uma constante, tendo em vista o déficit crônico que caracterizou a produção nacional. Abordando-o, Oliveira Marques destaca, como fatores dessa estrutural insuficiência, a adversidade das condições naturais, o atraso das técnicas e dos meios de transporte, a escassez de braços para o amanhã da terra, agravados ainda pelo particularismo concelhio, avesso ao livre comércio que permitiria equilibrar internamente a demanda e a oferta de cereais. Atingido por crises de subsistência sucessivas, Portugal buscou, um pouco por toda parte, suprir sua suposta e inolvidável “abastança do Reino”.

As disposições régias e concelhias relativas, em Portugal, ao comércio cerealífero, ainda que via de regra conflitantes, traduzem a preocupação comezinha das autoridades em garantir o abastecimento. O problema, embora generalizado, tendo em vista as frequentes conjunturas críticas, parece ter sido particularmente premente em Lisboa, para onde, através de incentivos os mais diversos, os poderes local e central procuravam atrair os carregamentos de trigo. A cidade consumia anualmente,⁶⁷ em meados do século XVI – quando apenas 6% de seus habitantes radicavam-se no setor primário da economia – 690 mil hl de cereal, restringindo-se o contributo provincial a cerca de 200 mil hl; dependia-se, portanto, da oferta externa.

Tais medidas, corriqueiras ao longo do século XV, denotam a “situação deficitária

⁶⁷ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 49.



cada vez mais desesperada dos grandes centros demográficos em abastecimento interno de pão”.⁶⁸ Viana, a vila nortenha que encontramos, no alvorecer do século XVI, em franca expansão, carecia de pão, vinho, peixe, madeira, subsistindo numa situação de extrema dependência do abastecimento externo. Vivendo do seu porto, quando o comércio marítimo sofria qualquer quebra, imediatamente a pobreza e a miséria invadiam as ruas da vila.⁶⁹

Conclusão

Tentamos reunir, até aqui, os fatores essenciais explicativos das frequentes crises de mortalidade que afetaram a sociedade portuguesa ao longo do período. É hora de, num balanço final, abordá-los em sua nefasta articulação. Considerado o ciclo nosológico específico da peste, “reinaugurado” pela Grande Epidemia de 1348, na extensa faixa costeira portuguesa, os centros portuários, que eram frequentados por embarcações de diversas partes do mundo, constituíram-se em vias de ingresso para epidemias que por vezes atingiram todo o território nacional. Assim, em Viana do Lima, ao longo do século XVI, vários foram os reflexos de pestes oriundas da Galiza e do Norte da Europa, que por vezes fustigaram todo o Alto Minho.

Em Lisboa resultaram sobretudo dos contatos comerciais travados com os portos do Sul da Espanha, Marselha, Gênova, Londres, cidades holandesas e alemães. Centros de intensa atividade comercial, de concentração populacional em ruas estreitas e sujas, verão repetidas vezes as galeras que lhes traziam o aguardado “pão”, os ricos tecidos e as afamadas especiarias, trazerem também a peste em seus porões. Favorecida pelas condições do meio urbano, e explicitando a precariedade das condições sociais de existência, a doença assumia um caráter endêmico, errando pelos bairros da cidade por anos a fio, como a endemia que, por 17 anos consecutivos, assolou Lisboa em fins do século XV.

Depreende-se, do quadro exposto, as razões da elevada frequência com que as crises de mortalidade atingiam os principais centros urbanos. Elas determinavam períodos consecutivos, e por vezes longos, de crescimento populacional natural lento e até negativo, colmatado, no entanto, pela intervenção de outras variáveis, em especial

⁶⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, p. 163.

⁶⁹ MOREIRA, Manuel A. F. “O Medo da Peste em Viana da Foz do Lima no século XVI”. *Caminiana*, Caminha, 2, 1982, p. 123.

pelo intenso movimento migratório em direção às urbes. Em Lisboa, ao longo do século XVI e, ultrapassando o nosso recorte, do XVII, registrou-se “em média para cada três anos normais um de mortalidade extraordinária, distribuídos de forma irregular, embora manifestassem certa periodicidade”.⁷⁰

Desiguais em sua força destrutiva, a peste esteve sempre na base das grandes mortandades: calcula-se que 60 mil pessoas tenham sucumbido na capital durante a Peste Grande de 1569. Ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, Portugal vivenciou, com caráter geral ou local, pelo menos um surto epidêmico por década.⁷¹

Em suma, convívio cotidiano e inquietante com a morte, intervenção frequente de um poder desestruturador. Urgia opor-se-lhe! Oliveira Marques, com base em tal nefasta cronologia, propõe uma interessante reflexão:

Cada “português” (e o mesmo se pode dizer de “franceses”, “italianos”, “ingleses” etc.) dos séculos XIV e XV (incluiria aí, sem dúvida, o XVI) viu duas ou mais epidemias durante a sua vida, e teve, com certeza, parentes e amigos levados por elas [...]. Compreende-se assim os esforços de físicos, boticários, curandeiros, bruxos e até filósofos e políticos no sentido de se descobrirem remédios eficazes de proteção.⁷²

Instalado o contágio, o tempo da doença impunha-se pela suspensão do burburinho da vida cotidiana, talvez este o principal nível da ruptura imposta à população, o que hoje experimentamos pelo mundo inteiro. Caos, momentâneo, é certo, mas a visita do mal era frequente. Contexto da desordem, da ação descontrolada, suscitou reações ordenadoras, de preservação da ordem social. Se os especialistas de hoje se esforçam em conhecer as motivações da doença, o que se dirá das populações atingidas? Essas também possuíam as suas “autoridades”, que não tardaram a expressar, não hipóteses, mas certezas que buscavam disseminar.

Para os especialistas do sagrado, recurso amplo que convinha precisar, hegemonizando-o, calamidades tão frequentes eram manifestação da cólera divina,

⁷⁰ RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 71.

⁷¹ Houve epidemias, gerais ou parciais em 1348, 1356, 1384, 1414/15, 1423, 1432, 1435, 1437/38, 1448, 1459, 1464/69, 1477/79, 1480/97, 1503, 1505/06, 1514, 1518, 1522, 1526/29, 1531, 1537, 1564, 1569/80. Segundo MEIRELLES, Antonio da Cunha Vieira de. *Memórias de Epidemiologia Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866, p. 189.

⁷² MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Aspectos da Vida Quotidiana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987, p. 93.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

castigo que se impunha a um povo arredo, pecadores contumazes, recalcitrantes a infringir a lei de Deus. Impunha-se, para apaziguá-Lo, o reforço da fé, o arrependimento e a expiação dos pecados. O tempo da peste era, por excelência, o da purificação, espiritual sobretudo, para o discurso cristão. Mas, consubstanciada na introjeção de valores piedosos, expressar-se-ia pela conduta social renovada, revigorada pelos preceitos morais da religião. O castigo, em última análise, visava afirmar aos homens a brevidade da vida e quão pacífica poderia ser sob a face bondosa do Pai. Redimir, resgatar, salvar, ainda que a ferro e fogo, esta a razão maior da doença-castigo.

Para os da medicina – “verdade expurgada aos seus ilegítimos detentores”, segundo os Pais da Igreja –, reconheciam nesse universo mental profundamente impregnado de religião a ascendência divina reivindicada pelo discurso cristão. Mas buscaram talhar para si uma autoridade sobre a doença. Na sua base, o *locus* da produção do discurso, a corporação do saber erudito que, no tempo da epidemia, propagou-o. Ainda que a deliberação – decisão em última instância – fosse divina, a doença possuía causas naturais que a medicina conhecia e fixava. Se procedia de “raízes” várias, era sempre agente de desequilíbrio, logo pronto a transcender o individual e contagiar, desequilibrar a comunidade.

A autoridade deste discurso ordenador, requisitada na origem, reforçou-se sob a égide do estado, em Portugal, nos séculos XIV ao XVI.⁷³ Da conjugação da frequência das epidemias com a oposição que os centros de poder – urbanos e régios – pretenderam lhe opor, estabelecer-se-ia paulatinamente, desde fins da Idade Média, o campo da saúde pública nas diversas regiões da Europa Ocidental.

Fontes

Bíblia Sagrada. Tradução da Vulgata por SOARES, Matos Pe. São Paulo: Paulinas, 1989.

“Ley per que (...) manda que os homes husem dos mesteres de que busaram ante da postenença E aquelles que morarom por soldada que os costringam que morem com anos”, apud CAETANO, Marcelo. *A Administração Municipal de Lisboa durante a Primeira Dinastia*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981.

⁷³ BASTOS, Mário Jorge da Motta. *O Poder nos Tempos da Peste (Portugal – Séculos XIV-XVI)*. Niterói: Eduff, 2009.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30* (2020/1)

War and Disease in Antiquity and the Middle Ages

Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media

Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana

Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

Livro da Noa, apud RAU, Virginia. *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

SAINT GRÉGOIRE. *Histoire Ecclésiastique des Francs*. Traduction nouvelle par BORDIER, Henri. 2 vols. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1859 e 1861.

SAN ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologias* I. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1982.

SILVA, Victor Deodato da. *A legislação econômica e social consecutiva à Peste Negra de 1348 e sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média*. São Paulo: Revista de História, 1976.

Bibliografia

BASTOS, Mário Jorge da Motta. *O Poder nos Tempos da Peste (Portugal – Séculos XIV-XVI)*. Niterói: Eduff, 2009.

BENITO I MONCLÚS, Pere (ed.). *Crisis alimentarias en la Edad Media: modelos, explicaciones y representaciones*. Lleida: Milenio, 2013.

BERTHE, Maurice. *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Âge*, vol. I. Paris: S.F.I.E.D, 1984.

BIRABEN, Jean-Nöel & LE GOFF, Jacques. « La Peste dans le Haut Moyen Age ». *Annales E.S.C.*, Paris, v. 76, p. 32-63, 1960.

BYRNE, Joseph P. *Encyclopedia of the Black Death*. California: ABC-CLIO, 2012.

CALLICÓ, Jaime Sobrequés. “La Peste Negra en la Península Ibérica”. *Anuário de Estudios Medievales*, Barcelona, 7, 1970-1971, pp. 48-75.

CASTÁN LANASPA, Guillermo. *La construcción de la idea de la peste negra (1348-1350) como catástrofe demográfica en la historiografía española*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & BRIGNOLI, Héctor Perez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CASTRO, Armando. *História Econômica de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

CHAUNU, Pierre. *Démographie historique et système de civilisation*. Rome: EFR, 1974.

CICCO, Camillo Di. *Storia Della Peste da Morte Nera ad Arma Biologica*. Roma: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.

DUARTE, Luís Miguel. “Tomar o pão dos coitados’. Para repensar a crise do século xiv em Portugal”. In: GARRIDO, Álvaro et al. (ed.). *Estudos de Homenagem a Joaquim Romero de Magalhães. Economia, Instituições e Império*. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 241–261.

DUBY, Georges. *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, 2 vols. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARCÍLIO, Maria L. (ed.). *População e Sociedade: evolução das sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARQUES, A. H. de Oliveira et al. “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal”. *Bracara Augusta*, Braga, XIV-XV, 1963, pp. 202-225.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.

MEIRELLES, Antonio da Cunha Vieira de. *Memórias de Epidemiologia Portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866.



Antonio CORTIJO, Vicent MARTINES, Armando Alexandre dos SANTOS (orgs.). *Mirabilia 30 (2020/1)*
War and Disease in Antiquity and the Middle Ages
Guerra y enfermedad en la Antigüedad y la Edad Media
Guerra i malaltia en l'Antiguitat i l'Edat Mitjana
Guerra e doenças na Antiguidade e Idade Média

Jan-Jun 2020/ISSN 1676-5818

- MORDECHAI, Lee; EISENBERG, Merle. “Rejecting Catastrophe: The Case of the Justinianic Plague”. *Past & Present*, 244, 1, 2019, pp. 3-50.
- MOREIRA, Manuel A. F. “O Medo da Peste em Viana da Foz do Lima no século XVI”. *Caminiana*, Caminha, 2, 1982, pp. 109-135.
- RODRIGUES, Teresa. *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- ROMANO, Ruggiero & TENENTI, Alberto. *Los Fundamentos del Mundo Moderno*. México: Siglo XXI, 1977.
- ROQUE, Mario da Costa. *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso contra ha Pestenença”*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- ROTBERG, Robert I. et al. *El hambre en la historia*. Madrid: Siglo XXI, 1990.
- SOURNIA, Jean Charles & RUFFIE, Jacques. *As Epidemias na História do Homem*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- VERONESI, Ricardo. *Doenças Infecciosas e Parasitárias*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.
- WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?* Lisboa: Edições 70, 1988.